



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.36238>

## O SENTIDO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID -19

### THE MEANING OF TEACHING WORK IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN TIMES OF THE COVID PANDEMIC -19

**Roziane Aguiar dos Santos** (Tutora do curso de Pedagogia Ead/Uesc), **Emilia Peixoto Vieira** (Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz/Uesc), **Maricélia de Souza Pereira Moreira** (Secretaria Municipal da Educação de Coaraci/Ba).

#### RESUMO:

Este trabalho faz um recorte da pesquisa desenvolvida no primeiro semestre de 2020, em municípios da região Território Litoral Sul da Bahia, intitulada “A educação infantil em tempos de pandemia: o que dizem as docentes de municípios baianos sobre o trabalho”. Tem como objetivo principal refletir sobre o sentido do trabalho docente na educação infantil, em tempos de pandemia, a partir da fala de profissionais que atuam em algumas redes públicas de ensino em municípios do Sul da Bahia. O estudo buscou reunir dados e informações a partir de uma pesquisa do tipo exploratória. Os resultados evidenciam a dificuldade das profissionais em dar sentido ao trabalho de modo geral e ao trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19. Enfrentar o período pandêmico precisa de tempo e planejamento coletivo para que as demandas e realidades locais sejam atendidas adequadamente. Esses desafios que se apresentam precisam ser pensados coletivamente, para a realização de um trabalho sério e coeso, e que respeite o direito à educação das crianças.

**Palavras-chave:** Educação infantil; Trabalho docente; Pandemia COVID-19.

#### ABSTRACT:

This work is an excerpt from the research carried out in the first half of 2020, in municipalities in the Southern Coast Territory of Bahia, entitled “Childhood education in times of pandemic: what teachers in Bahia municipalities say about work”. Its main objective is to reflect on the meaning of teaching work in early childhood education, in times of pandemic, based on the speech of professionals who work in some public education networks in municipalities in southern Bahia. The study sought to gather data and information from an exploratory research. The results show the professionals' difficulty in making sense of their work in general and of the teaching work in Early Childhood Education in times of the Covid-19 pandemic. Facing the pandemic period needs time and collective planning so that local demands and realities are adequately met. These challenges that present themselves need to be thought through collectively, in order to carry out serious and cohesive work, which respects the right to education of children.

**Keywords:** Child education; teaching work; COVID-19 pandemic

## Introdução

No final de fevereiro de 2020, com o anúncio do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, iniciou-se uma das maiores crises de saúde pública da história no país, com repercussões no sistema educacional. Ninguém esperava que, em pleno século XXI, fôssemos viver um caos causado por um vírus que afetou toda humanidade e obrigou a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhecer, no dia 11 de março de 2020, a doença causada pelo coronavírus como pandemia.

A pandemia de COVID-19 modificou diretamente a vida da população mundial, demandando regras de isolamento social, além de outras medidas protetivas contra o vírus SARS-CoV-2 e em prol da vida. Dentre as medidas adotadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, encontra-se o fechamento das escolas para atividades presenciais em razão da potencialidade de transmissão e contágio do novo coronavírus. Assim, a transferência da escola para a residência do(a) professor(a), por meio do trabalho remoto, traz para o âmbito das discussões educacionais no Brasil, inúmeros desafios e importantes problemáticas que impactaram diretamente o trabalho docente como: salário, saúde, políticas públicas, condições de trabalho, reconhecimento, formação continuada, o que envolve garantia do direito à educação a todos e todas.

Em meio a esse cenário pandêmico, merece destaque as demandas emocionais de docentes e discentes, intensificadas, dentre outras questões, pelo medo da doença, preocupação com familiares e amigos, perda de parentes e pessoas queridas e exposição à tela do computador. Aliadas a essas questões, estão

presentes as incertezas sobre os rumos da “nova educação”, que, constantemente, são modificadas mediante o agravamento da doença pelo coronavírus. Assim, a responsabilidade das instituições de ensino aumentam à medida que necessitam organizar e contextualizar novas ações pedagógicas, até então feitas e pensadas para o espaço da escola, que precisam considerar o conhecimento e atuação do professor no manuseio da Tecnologia para a realização das suas aulas em suas residências.

Para continuar trabalhando nesse período de pandemia, muitos professores tiveram que se adaptar e pensar estratégias para a continuidade das atividades escolares, adotando o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a realização do ensino remoto. Essa reconfiguração do ensino, agora pautado no uso de programas de computador, plataformas, aplicativos e *sites* da internet, exigiu dos docentes o conhecimento para o uso das tecnologias digitais e novos ambientes de ensino para além da sala de aula e do contexto da escola. Tratando-se da Educação Infantil (EI), essa nova forma de organizar e fazer as atividades gerou muitas desconfiças e inseguranças nas famílias, nos profissionais que atuam na EI e entre pesquisadores(as) dessa etapa da Educação Básica. A estratégia teve repercussão na sociedade brasileira e também nos municípios do Sul da Bahia, pois o uso dos meios digitais esbarrou nas condições de acesso e qualidade da *internet*, na estrutura para a realização das atividades, no local, no uso de determinados aparelhos, nas dificuldades de acesso das famílias às ferramentas tecnológicas, nas dificuldades de manuseio destes

aparelhos por muitos professores e familiares, na falta de formação continuada para os professores e, especialmente, quando se analisa o objetivo da educação infantil.

A Educação Infantil, assim como as outras etapas e modalidades de educação, vem sendo bastante afetada com a pandemia da Covid-19, não só pelo distanciamento físico entre crianças e professores para evitar contaminação da doença, mas também pela negação de direitos essenciais à vida, como o educar, o cuidar e o brincar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) afirma que as crianças devem ser a prioridade absoluta do Estado e de toda sociedade. Dessa forma, não importa o local onde as crianças estejam (casa e/ou escola), mas tanto elas quanto os profissionais da educação, precisam ter a garantia que seus direitos estão sendo respeitados. A educação infantil é a base para o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e motor do ser humano, devendo assim, ser valorizada e possuir políticas públicas que efetivem ações nessa direção.

Nesse contexto pandêmico, o trabalho aqui apresentado faz um recorte da pesquisa desenvolvida no primeiro semestre de 2020, em municípios da região Território Litoral Sul da Bahia<sup>1</sup>, intitulada “A educação infantil em tempos de pandemia: o que dizem as docentes de municípios baianos sobre o trabalho”.

---

<sup>1</sup> A região Sul da Bahia, conhecida como Território Litoral Sul (TLS), abrange uma área de 14.736,20 Km<sup>2</sup> e é composta por 26 municípios, com limites extremos em Maraú ao norte e Canavieiras ao sul. A população total estimada do território, em 2018, foi de 741.719 habitantes, dos quais 139.828 vivem na área rural, o que corresponde a 18,10% do total. Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades

O estudo buscou reunir dados e informações a partir de uma pesquisa do tipo exploratória para obtenção de informações sobre a organização de municípios baianos para o atendimento à Educação Infantil.

As informações, dados e depoimentos foram recolhidos entre os meses de abril a maio de 2020, contou com a participação de 30 profissionais da educação (Secretários/as de Educação, Coordenadores/as das Secretarias Municipais de Educação, Coordenadores/as Pedagógicos/as, Gestores/as e Docentes) de 14 municípios do Sul da Bahia. Para obtenção das respostas foram utilizados os aplicativos de *whatsapp* e *facebook* em que, foram enviados os objetivos do trabalho proposto aos profissionais<sup>2</sup> em atividade na Educação Infantil e demais profissionais que trabalham com essa etapa, para que, ficassem totalmente à vontade em dar as suas respostas de acordo a realidade local.

Esse texto, além desta introdução e das considerações finais, organiza-se em duas partes, com temáticas voltadas ao objetivo principal que é refletir sobre o sentido do trabalho docente na educação infantil em tempos de pandemia, a partir de depoimentos de profissionais que atuam em algumas redes públicas de ensino em municípios do Sul da Bahia, a fim de fornecer subsídios para o diálogo

quilombolas e duas terras indígenas (IBGE, 2018).

<sup>2</sup> Quando mencionamos profissionais da Educação Infantil, estamos nos referindo às professoras, coordenadoras pedagógicas e gestoras. Inicialmente, a pesquisa visava essas profissionais, mas algumas(alguns) secretárias(os) de educação e coordenadores(as) das Secretarias Municipais de Educação responderam à nossa questão de pesquisa.

necessário sobre a oferta dos serviços educacionais e a garantia do direito à educação nessas condições.

## A Educação Infantil em disputa, e chega a pandemia, e agora?

Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF), a Educação Infantil é considerada direito de todas as crianças e dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 – estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica deve ser oferecida de acordo com o Art. 30: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996). O artigo mencionado reconhece a necessidade de organização das atividades para o atendimento às diferentes etapas etárias das crianças, em espaços próprios e organizados para esse fim, afastando-se do improvisado e do uso doméstico no processo educativo.

Em 2009, depois de um amplo debate na sociedade sobre a Educação Infantil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresenta o Parecer 20/2009, com uma ampla exposição de motivos para a revisão e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). No referido documento reafirma:

A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas

posteriores de escolarização. (BRASIL, 2009a, n.p.).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas em 2009, de caráter mandatório, foram sendo construídas e reconstruídas desde o final dos anos 1990, com base na escuta das famílias e de especialistas, audiências públicas, estudos, visando reunir princípios, fundamentos e procedimentos que orientem as políticas públicas. Além disso, tais diretrizes fornecem referências para a organização, elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas para a Educação Infantil.

Nas DCNEI/2009, encontramos um conjunto de orientações para a organização do trabalho pedagógico para a Educação Infantil, tendo em vista o atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças. Essas orientações buscam subsidiar a elaboração da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, que deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças e contribuir para uma educação de qualidade.

O desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (BRASIL, 2009b, n.p.).

Importante destacar que o desenvolvimento integral das crianças pressupõe não somente os processos de construção de conhecimentos e de aprendizagem no espaço escolar, mas

envolve outros direitos interligados com a infância, como o direito à proteção e à saúde.

Em 2018, foi publicado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), citando as DCNEI/2009, mas no seu conteúdo, distanciando-se desse documento importante, desconsiderando a história de construção dos objetivos e finalidades da educação infantil. As DCNEI, como política pública que projeta para as redes de ensino a necessidade de organização do trabalho pedagógico da educação infantil, elaboração de projetos da escola e, especialmente, formação de professores em atendimento aos objetivos dessa etapa da educação básica, foram desconsideradas pela BNCC, que direciona para padronização dos conteúdos e, na educação infantil, com apelo para preparação para etapa seguinte, o ensino fundamental.

Antes mesmo do período pandêmico, muitas discussões, conflitos, divergências, reprovação e aprovação em torno da BNCC, levaram pesquisadores(as), profissionais da educação, movimentos sociais organizados a questionarem o sentido da BNCC e sua finalidade, já que a versão mais atual da Lei de Diretrizes e Bases, assim como as DCNEI, evidenciam a construção da educação infantil?

Em meio ao debate e disputa, a BNCC foi aprovada em 2017, como referência curricular a ser implementada pelas redes de ensino. Com menção aos documentos legais – DCNEI e LDB, como mencionamos, contudo, trazendo novos objetivos e finalidades à educação infantil. Com esse contexto de reforma educacional, coube aos estados e municípios, (re)construírem seus currículos e, realizar formação continuada dos professores, em atendimento a BNCC.

Início de 2020, como mencionamos na introdução, o mundo foi tomado pela pandemia da COVID-19, se arrastando por mais de um ano, trazendo desafios as redes de ensino. O resultado foi a suspensão das aulas presenciais e o distanciamento social, e o início do debate para aulas no formato remoto. As redes de ensino tiveram que pensar em um plano de ação, considerando outras formas de realizar as aulas, nas residências dos profissionais da educação.

Em pouco mais de um mês, as redes de ensino, principalmente do Sul da Bahia, reorganizaram o ensino, utilizando tecnologias digitais como recursos pedagógicos nesse período de distanciamento social. O debate foi permeado em como possibilitar o ensino-aprendizagem para além do ambiente escolar. Em um espaço de tempo curto, os(as) professores(as) precisaram aprender a enfrentar o ambiente tecnológico, se reinventar, deixar os seus medos, preconceitos e resistências ao uso pedagógico dos aparatos tecnológicos digitais, para abrir espaço para uma práxis pedagógica inovadora e tecnológica.

O contexto conturbado com uma pandemia e meio a um percurso de implementação da BNCC, provocou enormes dificuldades, especialmente para a educação infantil. Esta etapa, com desafios e pressões, apresentava avanços em termos de organização das redes e com profissionais da educação com formação adequada para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade.

Com a pandemia da Covid 19, tudo mudou, em um processo acelerado e conturbado, os municípios aprovaram suas diretrizes curriculares municipais de educação, fundamentados na BNCC, e apressadamente assumiram as mesmas estratégias de ensino remoto

realizado pelo ensino fundamental para educação infantil.

Em se tratando do trabalho com a educação infantil, como trabalhar o educar e cuidar, fundamento dessa etapa, ao contexto do ensino virtual? Como cuidar das crianças sem a presença física da professora<sup>3</sup>? Como ofertar o “ensino” de forma igualitária, com recursos tecnológicos de qualidade a todas as famílias das crianças matriculadas? Apoiar ou criticar o uso das tecnologias para o trato com as crianças?

De acordo as DCNEI/2009, a organização do trabalho pedagógico para a educação infantil exige tornar as crianças o centro do planejamento, nesse sentido, a necessidade de interação professora e criança, e dar voz as crianças e suas necessidades. No formato virtual, essas possibilidades se reduzem, porque a família passa a assumir o lugar da professora para realizar a interação com as crianças. Considerando os diferentes contextos familiares brasileiro, de certo que para além das condições tecnológicas, temos também a questão da necessidade da família assumir esse lugar.

Essa realidade necessita ser discutida e avaliada, pensando a finalidade da educação infantil, principalmente porque estão envolvidas questões importantes dessa etapa, as quais não podem ser desconsideradas, mesmo diante desse cenário de pandemia. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, Art. 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem

como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Cabe a etapa da educação infantil, a promoção do desenvolvimento integral das crianças por meio de um conjunto de práticas que procuram articular experiências e saberes das crianças com aquilo que faz sentido para a vida delas, assim como, que faça parte do patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico.

Essa nova forma de organizar e fazer as atividades com o uso direto das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC tem gerado muitas desconfiâncias e inseguranças nas famílias, nas profissionais que atuam na EI e entre pesquisadores(as) dessa etapa da educação básica. Uma estratégia que teve repercussão na sociedade brasileira e também nos municípios do Sul da Bahia, com o uso dos meios digitais, percebido de formas diversas, pois esbarra nas condições de acesso e qualidade da *internet*, na estrutura para a realização das atividades, no local, no uso de determinados aparelhos e nas dificuldades de acesso das famílias às ferramentas tecnológicas.

Conforme expõe Mello, em reportagem da *Agência Brasil*, “mais de um terço dos domicílios brasileiros não tem acesso à internet”. Precisamos considerar ainda que a população da escola pública é formada, em sua maior parte, pelas classes D e E e, no domicílio dessas classes, “o índice chega a 70%”. Além

<sup>3</sup> Neste texto utilizamos o gênero feminino, professora, por representar no Brasil, maioria na etapa da educação infantil.

disso, segundo essa mesma reportagem:

[...] são cerca de 27 milhões de residências desconectadas, enquanto outras 42,1 milhões acessam a rede via banda larga ou dispositivos móveis. [...] Na classe A, 99% dos domicílios têm alguma forma de acesso, na classe B, 93% e na classe C, 69%. (MELLO, 2018, n.p.).

Outro aspecto importante que precisa ser destacado com o impacto dessas estratégias dos planos de ação refere-se não somente a questões conceituais relacionadas à Educação Infantil, mas também a uma ruptura e afastamento das concepções de crianças, do desenvolvimento infantil, do papel da Educação Infantil e da função do(a) professor(a) que exerce a atividade docente nessa primeira etapa da Educação Básica.

No entanto, a solução para este problema não é tão simples, pois não se trata apenas da inserção da tecnologia na educação infantil, mas da necessidade de políticas integradas de atendimento e cuidado às infâncias (HADDAD, 2006; MELLO, NEGREIROS e ANJOS, 2020), o que passa pelo entendimento de que as crianças são uma responsabilidade da família, do Estado e de toda a sociedade.

### **O trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19 a partir do olhar de profissionais da educação**

Compreendemos o trabalho como uma atividade humana, que se realiza em um determinado contexto histórico e que, ao realizá-lo, o ser humano atua e medeia a natureza e pode modificá-la, “[...] ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua

própria natureza” (MARX, 1983, p. 149-150). O trabalho docente na Educação Infantil é compreendido como o trabalho dos(as) profissionais da educação, especialmente dos(as) professores(as), coordenadores(as), gestores(as), enfim, sujeitos da escola inseridos no processo educativo, os quais atuam em um lugar marcado pelo tempo e espaço na escola.

O trabalho docente é uma ação mediada *com e junto* com o outro, o que necessita do contato, da relação entre professora, criança, família, escola e sociedade, (VIEIRA, 2017, p. 162). O distanciamento social, provocado pela Covid 19, afastou toda essa possibilidade de interação e, ao mesmo tempo, levou ao questionamento acerca do sentido do fazer docente. O Art. 67 da LDB-1996 define que a oferta de “condições de trabalho adequadas” deve ser item de primeira responsabilidade dos sistemas de ensino para a promoção da valorização docente. Os(as) docentes da educação infantil representam 27% da força de trabalho da educação básica no Brasil. Atuam em creches e pré-escolas. São mais de 95% de mulheres, com idade média de 40 anos. As prefeituras municipais são o principal empregador: 72,6%% têm vínculo de trabalho com órgãos públicos dos municípios, em geral da educação (INEP, Censo Escolar, 2019). Esses dados revelam que os municípios são os maiores empregadores da etapa da educação infantil, e as docentes representam quase 1/3 da força de trabalho da educação básica e maioria de mulheres. O que reforça a importância de apoio municipal para implementação de políticas públicas educacionais para garantir uma educação infantil de qualidade para todas as crianças.

Em tempos de pandemia, as condições de trabalho e a valorização docente se deterioraram, bem como as incertezas, medos e a saúde das profissionais. Assim, iremos apresentar alguns depoimentos descritos pelas profissionais da Educação Infantil de 14 municípios do Sul da Bahia, a partir de três questionamentos:

Primeiro questionamento - Como estão lidando com a situação de distanciamento social e o trabalho pedagógico com as crianças?

Estamos vivendo um momento de incertezas e medo, pois esse vírus é novo e com um índice de mortalidade muito grande, praticamente toda a população é suscetível à infecção. O isolamento social reduz o risco de contaminação do COVID-19. Porém o isolamento acarreta diversos malefícios para o psicológico de cada um de nós. No âmbito escolar temos visto professores, pais e alunos com medo da doença e do possível retorno às aulas. Alguns pais, já expressaram o desejo de tirar os filhos da escola. [...]. (Gestora Escolar da Educação Infantil e Ensino Fundamental/Anos Iniciais, município B, maio de 2020)

Jamais imaginávamos passar por algo tão difícil, diante de tal condição, tivemos que nos reinventar para adaptar à nova realidade do distanciamento social. Ficar no aconchego da nossa casa não é ruim, o que assusta é essa falta de liberdade de ir e vir nesse tempo de Pandemia do Novo Corona vírus COVID-19. (Professora da Educação Infantil, município F, maio de 2020).

Esse distanciamento é muito triste e é algo que não estamos acostumados, principalmente na profissão professor que é tão calorosa sempre, mas, na

medida do possível estamos enfrentando da melhor forma possível (Professora da Educação Infantil, município H, maio de 2020).

O distanciamento social para este momento faz-se necessário. Porém, para nós que estamos acostumados com o contato presencial com nossos educandos, tornou-se complicado e difícil trabalhar dessa forma, pois estamos lidando com a preservação de vidas e distanciar-se é o mais benéfico e louvável (professora da Educação Infantil, município B, maio de 2020).

A quarentena é um momento muito difícil e triste. Sentimos uma sensação de impossibilidade, medo, angústias e muitas incertezas. Mas, estou procurando manter a calma e ter paz. Tenho dois filhos e procuro conciliar o trabalho de casa com as atividades de estudos e tempo para as crianças e o esposo (professora da Educação Infantil, município F, maio de 2020).

Tentando manter a calma. Ainda que o momento seja um tanto crítico. Procuro manter a mente ocupada com a realização de algumas leituras de textos relacionados ao curso de extensão sobre alfabetização e outros pessoais para não perder o equilíbrio emocional e espiritual (professora da Educação Infantil, município C, maio de 2020).

Incerteza sobre o futuro, medo de adoecer e perder o emprego e a renda, insegurança em desenvolver uma aula, angústia são sentimentos que os(as) professores(as) dizem estar sentindo, segundo algumas pesquisas desenvolvidas pelo Gestrado/UFMG sobre as condições de trabalho, professores(as) têm

experimentado na educação básica pública do Brasil no período da pandemia (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020; GESTRADO, 2020). Sentimentos esses apresentados também nas falas das profissionais de educação do Sul da Bahia, que demonstram preocupação em ressignificar valores sobre a suas vidas e também de outras pessoas, além, da preocupação em aprender com o novo e continuar se formando e informando.

Ao pensar sobre a situação atual, temos a certeza que estamos vivendo um tempo de incertezas, medos, angustias, preocupações e um emaranhado de sentimentos que a cada dia vem invadindo as nossas vidas, de maneira mais preocupante. Assim, como descrito pelas profissionais da educação, não sabemos o que virá pela frente e como iremos organizar o nosso trabalho, especialmente quando se trata da Educação Infantil, onde estamos sofrendo com a ausência dos encontros presenciais, das nossas rotinas, das nossas experiências, do nosso convívio em sociedade e dos colegas da instituição.

Sentir-se emocionalmente cansada, com a preocupação em manter a si e a suas famílias seguras, lidar com os filhos, lidar com os trabalhos profissionais e domésticos, tristeza por perder amigos e parentes durante a pandemia, falta de interação afetiva com colegas de trabalho, alunos e amigos” são questões e sentimentos que contribuem para o estresse dos professores (SOLDATELLI, 2020).

Os impactos psicológicos diretamente relacionadas à COVID-19, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, a falta de interação presencial e de atividades sociais e de lazer, podem ser considerados fatores primordiais

que vem ocasionando risco à saúde mental e ao bem-estar emocional das profissionais da Educação Infantil. Desse modo, antes do desencadeamento de uma doença mental relacionada ao trabalho com a educação, pode-se observar a presença de um sofrimento psíquico relacionado a um conjunto de mal-estares e dificuldades presentes no dia a dia desses profissionais (DEJOUR, 1988). Sendo importante frisar que, execução de ações e diligências preventivas e promotoras de saúde para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser deixadas de lado nesse momento de incertezas que estamos atravessando.

Segundo questionamento - Que tipos de atividades estão desenvolvendo com as crianças e como fazem, considerando que esses trabalhos estão sendo realizados em casa (possuem material didático, internet, computador, etc.)?

Estamos trabalhando com propostas de atividades *online*. Cada professor tem um grupo de *Whatsapp* onde todas as crianças da turma estão inseridas e fazem atividades diariamente com ajuda dos pais e ou responsáveis por eles. (Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, município B, maio de 2020).

Já estamos trabalhando se adequando à realidade em que nos encontramos. Não está sendo fácil, devido ao domínio de condução pedagógica que a maioria dos responsáveis não domina. (Professora da Educação Infantil, município F, maio de 2020).

Formamos um grupo de responsáveis em cada grupo de idade: G3, G4, G5. Professores de cada grupo administram o grupo. A coordenação por unidade junto com a

coordenação geral organiza as ações por quinzena. Uma vez por semana são distribuídas as atividades associadas com a temática trabalhada. Os responsáveis vão à escola e apanham as atividades. No grupo recebem dos professores orientações. Uma vez por semana a coordenação se encontra com os professores para tirar alguma dúvida e amarrar algumas ações coletivas via *Whatsapp* ou *Zoom*. Os responsáveis dão o retorno através de imagens ou vídeos. Essas atividades não se limitam apenas em atividades escritas, são direcionadas também atividades recreativas para os pais dirigirem. Às vezes recebemos o retorno em vídeo, mas percebemos que são os mesmos pais que abraçam as ações. Alguns já até saíram do grupo. Aí estamos em operação resgate ao grupo. (Professora da Educação Infantil, município B, maio de 2020).

No nosso município estamos realizando as atividades remotas, com propostas de atividades nos grupos de *Whatsapp*, pelas redes sociais e também com atividades escritas principalmente para os lugares sem acesso à internet. As ações estão sendo desenvolvidas pela secretaria com um documento mais preciso sobre o caminhar, que se iniciou em março, mesmo antes das orientações do CNE. As orientações dos trabalhos são elaboradas com os coordenadores, e estes conversam com seus professores a melhor forma de executar as ações das atividades planejadas. No início é tudo muito estranho, não é fácil, pois falta o afago, a correria, até os desgastes de uma aula sentimos falta. Porém, depois tudo se torna "natural" devido as circunstâncias e única possibilidade para que a escola esteja viva durante a pandemia. É preciso tomar cuidado com as

atividades propostas, para não institucionalizar as famílias, e sim torná-las parceiras nesse processo. Por isso as atividades devem ser bem pensadas e elaboradas, e o documento do CNE trouxe algumas sugestões. (Professora da Educação Infantil, município D, maio de 2020).

Em relação à continuidade das aulas nesse período de pandemia, nota-se o esforço dos profissionais de algumas escolas da rede pública de diferentes municípios para manter o contato com as crianças e suas famílias, por meio do uso de variadas estratégias como o celular e computador em: grupos de *Whatsapp*, atividades assíncronas, atividades impressas, entre outras. O desenvolvimento de atividades de ensino remotas acarretou formas diferentes de trabalho e demandou novas habilidades dos(as) professores(as).

O resultado desse esforço, tem sido a busca constante dos(as) profissionais de manter o vínculo com as crianças e a garantir a aprendizagem nesse contexto de pandemia. O problema é que nem todas as crianças, em suas casas, com contextos diversos, estão sendo assistidas, em virtude da negligência do poder público, da falta de acesso à internet, de problemas socioeconômicos e emocionais advindos da própria pandemia com a sobrecarga do trabalho doméstico por parte dos adultos, em especial as mulheres, que continuam trabalhando, cuidando dos seus filhos e auxiliando nas atividades escolares.

A situação socioeconômica das famílias é um fator a ser considerado, pois há pais, mães e/ou responsáveis analfabetos, que encontram dificuldades para colaborar e/ou ajudar seus/suas filhos. Trata-se de

pais, mães e/ou responsáveis trabalhadores/as que permaneceram com a sua rotina de trabalho. Há ainda a situação de famílias com trabalhadores(as) autônomos(as), cuja preocupação nesse momento foi de como manter o sustento familiar e assegurar a vida.

É certo que há uma pressão da sociedade e do Estado brasileiro para manter em funcionamento as instituições infantis, nesse período de pandemia da COVID-19, mesmo com improvisos; contudo as estratégias adotadas – como o uso dos meios digitais e atividades não presenciais –, além de desrespeitar a luta histórica em defesa da institucionalização da EI, do disposto nas DCNEI de 2009, desconsidera as crianças como sujeitos de direitos, como atores sociais e construtores de cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009, p.18) descrevem que a proposta pedagógica “deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens [...]”. Deste modo, o professor (a) precisa fazer uso do planejamento diário para o bom desenvolvimento do seu trabalho e estar em constante reflexão da sua prática. É necessário conhecer a realidade das crianças, bem como organizar o tempo, o espaço e a sua rotina, para que o trabalho pedagógico possa ser realizado de forma significativa e prazerosa. Para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Educação Infantil, é fundamental a organização de uma rotina como sequência pensada, valorizando o tempo e o espaço das crianças no ambiente escolar. Mas, sabemos que nesse período de pandemia a “Rotina”, um dos

elementos essenciais para manter o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físicos, afetivos, intelectual, linguístico e social, não está podendo ser explorada, o que poderá ocasionar grandes consequências para a vida e aprendizagem dessas crianças no futuro.

Terceiro questionamento - Tiveram orientações das secretarias de educação e, se sim, como fizeram o trabalho?

A Secretaria Municipal de Educação desenvolveu um Plano de Ação com atividades orientadas numa perspectiva virtual, usando as mídias digitais para aqueles alunos conectados. Para os alunos que não dispõem do uso da internet, ou seja, das redes sociais, foi aplicado atividades impressas e encaminhada via portador. No início da Pandemia as atividades eram desenvolvidas diretamente de casa, mas com o passar dos dias e realizando avaliações online, pelo grupo dos coordenadores, percebemos a necessidade de direcionar em dois dias com horários alternados nas escolas para melhor planejar as atividades, tomando todos os cuidados necessários de proteção, mesmo não tendo nenhum caso de Covid-19 em nosso município. Enquanto o trabalho com os alunos continua na modalidade a distância. (Secretária Municipal de Educação, município C, maio de 2020).

Todo trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Educação para direcionar as atividades de ensino a distância para os alunos da rede municipal de ensino, nesse período de suspensão das aulas por causa da Pandemia do novo Coronavírus, COVID-19, teve como base o Decreto Estadual nº. 19.529 de 16 de março de

2020. A partir do referido decreto e com a orientação dos órgãos de apoio educacional aos Municípios do Litoral Sul da Bahia como Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC e Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia - AMURC, desenvolvemos o Plano de Ação de acordo com a realidade local, o qual foi encaminhado ao Conselho Municipal de Educação - CME, e que aprovou o referido Plano de Ação. O mesmo teve início a partir de oito de abril do ano em curso, através dos(as) professores(as), que com empenho e colaboração, planejam e executam as atividades, orientado pelas coordenadoras pedagógicas das unidades escolares e sob orientação e acompanhamento da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. (Secretária Municipal de Educação, município E, maio 2020).

Temos reuniões uma vez por semana com a coordenação geral da Educação Infantil que disponibiliza um plano de atividades e orientações de como desenvolver com as crianças. Tais atividades, já que é em casa, não se pode trabalhar da mesma forma que se faz na escola. A preocupação maior é que estas atividades sejam lúdicas, atraentes e adequadas para cada turma da educação infantil. (Professora da Educação Infantil, município D, maio de 2020).

O município montou uma comissão para elaborar um documento validando as 800h, visto que a educação infantil não vai repor essas aulas. O Conselho vai avaliar e ver se aprova esse documento, enquanto isso as metodologias e recursos que os professores utilizarem estão sendo registrados nos seus cadernos. Até para provar que mesmo com o isolamento há

trabalho. (Coordenadora Pedagógica, Educação Infantil, município H, maio de 2020).

No nosso município estamos realizando as atividades remotas, com propostas de atividades nos grupos de Whatsapp, pelas redes sociais e também com atividades escritas principalmente para os lugares sem acesso à internet. As ações estão sendo desenvolvidas pela secretaria com um documento mais preciso sobre o caminhar, que se iniciou em março, mesmo antes das orientações do CNE. As orientações dos trabalhos são elaboradas com os coordenadores, e estes conversam com seus professores a melhor forma de executar as ações das atividades planejadas. No início é tudo muito estranho, não é fácil, pois falta o afago, a correria, até os desgastes de uma aula sentimos falta. Porém, depois tudo se torna "natural" devido as circunstâncias e única possibilidade para que a escola esteja viva durante a pandemia. É preciso tomar cuidado com as atividades propostas, para não institucionalizar as famílias, e sim torná-las parceiras nesse processo. Por isso as atividades devem ser bem pensadas e elaboradas, e o documento do CNE trouxe algumas sugestões. (Professora da Educação Infantil, município D, maio de 2020).

A partir dos relatos das profissionais da Educação Infantil, percebemos que as secretarias de educação, buscaram organizar um plano de ação com atividades em ambiente virtual e/ou uso de material impresso a ser entregue às famílias pela secretaria ou pela escola. O uso do material impresso tem sido, portanto, um desafio para os profissionais da Educação Infantil, já que muitas crianças moram em lugares distantes da escola e, por isso, não receberam as

atividades. Além disso, há a falta de material para todas as crianças.

A situação pandêmica vem exigindo habilidades com a tecnologia e a exposição do fazer pedagógico do profissional de educação, para além dos muros da escola. O plano de ação dos municípios explicita a necessidade do contato com as famílias e suas realidades. Para muitas escolas e de acordo os relatos dos profissionais da educação, a situação ocasionada pela pandemia da COVID-19 revelou como as escolas estão distantes das famílias.

Recorrendo às DCNEI/2009, identificamos que a proposta pedagógica para a Educação Infantil, independentemente da situação emergencial de saúde, deveria obedecer ao que prevê o art. 8º, § 1º: III - “a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização”. Em um período como esse de COVID-19 e distanciamento social, se essa participação não estiver consolidada, a situação só se agrava.

Outro desafio exposto nesse período de pandemia refere-se às práticas pedagógicas para o trabalho com a Educação Infantil. As secretarias municipais de educação têm realizado um plano de ação, considerando o uso de tecnologia, presumindo que o acesso à *internet* é facilitado a todos, esquecendo que, no Brasil, como já mencionamos no início deste artigo, a população que frequenta a escola pública é formada, em sua maior parte, pelas classes D e E, as que menos têm acesso à *internet* – 70%.

A situação atual de pandemia da COVID-19 mostrou as fragilidades enfrentadas pelas secretarias e pelos seus docentes, agravando a situação das condições de trabalho docente, com o uso das tecnologias digitais. A

tecnologia não precisa ser um fardo na vida do professor, mas precisa ser pensada como aliada para potencializar e transformar o ensino e a aprendizagem.

Dados os inúmeros desafios enfrentados pelos docentes já nos ambientes presenciais, se faz necessário refletir e repensar as práticas de formação de professores em tempos de pandemia. Com políticas educacionais, incentivo e investimentos por parte do governo afim de atender aos anseios e necessidades dos profissionais da Educação Infantil. Segundo Imbernón (2013, p. 104), a qualidade da formação e do ensino é uma questão ética e de responsabilidade social. Podendo ser vista como um processo dinâmico e contínuo que envolve diferentes elementos como o pedagógico, didático, tecnológico, político e pessoal. No entanto, em meio à uma situação pandêmica a que estamos vivenciando atualmente, repensar e reavaliar novas práticas de formação e ensino é preciso.

## Considerações finais

Antes mesmo do período pandêmico, nos anos de 2016 e 2017, a educação brasileira foi alvo de muitas discussões, conflitos e divergências, especialmente em torno da aprovação da BNCC. Muitos pesquisadores(as), profissionais da educação, movimentos sociais organizados questionaram o sentido da BNCC e sua finalidade, especialmente pela ausência de um debate aprofundado a respeito do propósito de uma BNCC, quando se tem aprovado a Lei de Diretrizes e Bases, assim como as DCNEI, para a educação infantil.

Em meio ao debate e disputa, a BNCC foi aprovada em 2017, como

referência curricular a ser implementada pelas redes de ensino, contudo, como mencionamos no texto, trazendo novos objetivos e finalidades à educação infantil. Com esse contexto de reforma educacional, coube aos estados e municípios, (re)construírem seus currículos e, realizar formação continuada dos professores, em atendimento a BNCC.

Entretanto, início de 2020, o mundo foi tomado pela pandemia da COVID-19, se arrastando por mais de um ano, trazendo desafios as redes de ensino. O resultado foi a suspensão das aulas presenciais e o distanciamento social, e o início do debate para aulas no formato remoto.

O período de pandemia da COVID-19 tem sido de grande desafio para o mundo, o Brasil e para a região Sul da Bahia. O medo, a incerteza e a sensação de impotência são os primeiros sentimentos expostos pelas profissionais, além da dificuldade em realizar o distanciamento social e continuar a ação docente, que exige o contato, a interação com as crianças.

Os relatos apresentados, evidenciam a dificuldade das profissionais em dar sentido ao trabalho de modo geral e ao trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19.

Enfrentar esse período pandêmico precisa de tempo e planejamento coletivo para que as demandas e realidades locais sejam atendidas adequadamente. Tais condições e a instrumentalização das práticas do(a) professor(a) exigem uma perspectiva de gestão democrática e inclusiva, envolvendo a comunidade no processo de construção da gestão escolar.

Nesse contexto, a ação docente exige orientação e envolvimento das professoras, para refletir sobre suas práticas, suas concepções e os desafios

que estão enfrentando. Esses desafios que se apresentam precisam ser pensados coletivamente, para a realização de um trabalho sério e coeso, e que respeite o direito à educação das crianças.

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 05/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jun. 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112015>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/p>

df/resolucao\_n6\_240407\_proinfancia\_medida18.pdf.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08 abr. 2020.

DEJOURS, C. **A Loucura no Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Oboré, 1988.

GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Base de dados. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

HADDAD, L. **Políticas integradas de Educação e cuidado infantil**: desafios, armadilhas e possibilidades. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**. Formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil**: Relatório de Pesquisa. 2020

MELLO, A. M.; NEGREIROS, F.; ANJOS, C. I. dos (Orgs.). **Caderno de Direitos -Retorno à creche e à escola**: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es -

gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os. Piauí: EDUFPI / FRENTE NORDESTE CRIANÇA, 2020. Disponível: [https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Caderno\\_Direitos\\_-\\_EDULPI\\_com\\_ISBN20200725103619.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Caderno_Direitos_-_EDULPI_com_ISBN20200725103619.pdf).

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

MELLO, D. **Mais de um terço dos domicílios brasileiros não tem acesso à internet**. Agência Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/mais-de-um-terco-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOLDATELLI, R. **Processo de adoecimento de professores amplia durante pandemia**. In: Esquerda Marxista: corrente marxista internacional, 2020. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/processo-de-adoecimento-de-professores-amplia-durante-pandemia/>. Acesso em: 10/out/2020.

VIEIRA, E.P. **Gramsci e suas contribuições para a compreensão do Trabalho Docente**. Trabalho & Educação, v.17, n. 1, p. 153-165, jan./abr. 2008.

VIEIRA, E.P. **A Educação Infantil nos Municípios do Território Litoral Sul da Bahia**. In: 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED. Anais [...]. São Luiz, 2017.